

Nubes orienta sobre Recadastramento PRO-SOCIAL/2023



O Núcleo de Bem-Estar Social da Seção Judiciária da Bahia (NUBES-SJBA) lembra aos(as) beneficiários(as) do Pro-Social que está realizando o Recadastramento PRO-SOCIAL/2023, desde 01/04 até 31/05, período em que os(as) beneficiários(as) titulares deverão apresentar toda a documentação cadastral, em relação a si e aos seus dependentes, em razão das alterações promovidas no Regulamento pela Resolução Presi 10393449/2020. A ação visa cumprir as recomendações 2.6.1.5.1.1 e 2.6.1.5.1.2 do Relatório Final de Auditoria da Ação de Acompanhamento da gestão de cadastro de beneficiários do Pro-Social, expedido pela Secretaria de Auditoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), e em atendimento ao disposto no art. 65, inciso XI do Regulamento Geral do Pro-Social.

Com o objetivo de otimizar o citado recadastramento, o NUBES informa que está encaminhando mensagem por e-mail, com orientações detalhadas e arqui-

vo anexo, relacionando a documentação necessária, por tipo de dependente, pois o Recadastramento PRO-SOCIAL/2023 deve ser realizado com referência a TODOS(AS) os(as) beneficiários(as) do Pro-Social, titulares e dependentes, inscritos ou reativados até o dia 31/12/2021.

A referida documentação deverá ser encaminhada para a Seção de Atendimento ao Beneficiário/SEABE-BA, por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI da 1ª Região, acompanhada dos formulários disponibilizados para preenchimento e assinatura no próprio SEI, de acordo com cada categoria de vínculo dos dependentes incluídos. O NUBES sugere que seja utilizado, preferencialmente, o mesmo PAe SEI do Recadastramento anterior (2017). Caso o titular não possua PAe SEI do Recadastramento/2017, poderá utilizar o PAe SEI referente à sua inscrição no Pro-Social ou gerar um novo processo, seguindo as orientações que serão encaminhadas pela SEABE por e-mail.

Quaisquer dúvidas e/ou orientações, que se fizerem necessárias, poderão ser esclarecidas na Seção de Assistência ao Beneficiário (SEABE/NUBES), pelos telefones (71) 3617-2927/9133, através do e-mail seabe.ba@trf1.jus.br ou pelo Teams, com as servidoras Maria da Conceição Moura Oliveira Moraes ou Helena Yamamoto Fuck Barros.

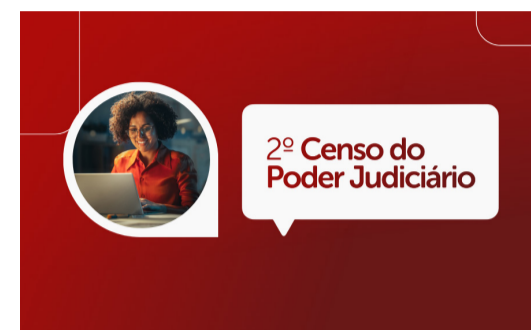
Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

CNJ promove 2.º Censo do Poder Judiciário brasileiro

Até 17 de maio, magistrados/as e servidores/as dos 94 tribunais e conselhos de Justiça do País podem participar do 2.º Censo do Poder Judiciário brasileiro. O levantamento, que teve início ontem, 17/04, é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) e visa subsidiar informações que orientarão políticas e ações dirigidas às pessoas que trabalham nas diversas unidades das instituições judiciárias brasileiras, com o objetivo de aperfeiçoar a prestação de serviços à população.

Depois de dez anos desde o primeiro censo, o CNJ busca, nessa segunda edição, opiniões e avaliações sobre políticas e demais aspectos da carreira vindas das, aproximadamente, 285 mil pessoas que compõem a força de trabalho do Poder Judiciário brasileiro. Também pretende identificar o que pensam sobre o ambiente de trabalho e sobre as políticas judiciárias em andamento.

Segundo o DPJ, o tempo estimado de preenchimento dos questionários é de 5 a 10 minutos. Para a magistratura, são 63 perguntas, enquanto servidores/as lidarão com 48 questões. No censo deste ano foram inseridas questões sobre saúde mental, assédio, discriminação, violência ou ameaça sofrida pelos/as magistrados/as em decorrência da atuação jurisdicional e violência doméstica. As respostas são objetivas, de múltiplas es-



colhas, anônimas e sigilosas. O uso do CPF para acesso aos questionários visa proteção e restrição e em nenhuma hipótese será realizado cruzamento de informações de forma a identificar respondentes, como determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A divulgação dos resultados será apenas no formato de dados agregados.

A previsão do DPJ é apresentar os resultados do censo no mês de setembro de 2023, por meio de um relatório de diagnóstico, com seleção dos dados de maior destaque. Também está previsto o acesso às estatísticas do levantamento através de um painel interativo, disponível no Portal do Conselho. **(Fonte: CNJ)**

Para participar basta acessar o formulário no link <https://bit.ly/3mEZjke>.

Essa matéria está associada ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Esmaf e Universidade do Chile realizam Encontro Jurídico-Cultural para a Tutela Jurisdicional dos Direitos na América Latina e no Caribe

Entre os dias 25 de abril e 3 de maio, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), em parceria com a Universidade do Chile (UC), realizará o *Encontro Jurídico-Cultural para a Tutela Jurisdicional dos Direitos na América Latina e no Caribe*. O evento é gratuito, no formato híbrido, sendo transmitido *on-line*, por meio de link a ser fornecido pela Universidade do Chile.

O objetivo da ação é estabelecer uma rede de colaboração para a internacionalização crítica da magistratura latino-americana e caribenha. Na ocasião, os participantes, incluindo os membros do TRF1, acadêmicos, juristas, diplomatas e representantes políticos de várias nações irão estudar e debater seu compromisso inabalável em apoiar iniciativas concretas que fomentem o diálogo jurídico-cultural

entre os atores relevantes, com o objetivo de fortalecer a América Latina e o Caribe como uma região propícia para a formação de excelência na tutela jurisdicional dos direitos de seus magistrados.

O evento contará com painéis científicos, encontros técnicos e interinstitucionais. Haverá certificação para cada painel.

Os interessados em participar, virtualmente, podem se inscrever em cada um dos painéis pelo link <https://bit.ly/3okuSjE>.

Para participar, presencialmente, do Encontro Jurídico-Cultural envie e-mail para esmaf@trf1.jus.br.

Confira a programação completa do evento acessando o link <https://bit.ly/3L4ljhK>.

AMB abre concurso de artigos científicos sobre 20 anos do Código Civil

A Associação dos Magistrados Brasileiros, por meio do Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ/AMB), abriu inscrições, até 30 de junho, para o Concurso Nacional de Artigos Científicos: *20 anos de Vigência do Código Civil*, promovido em parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

O objetivo do concurso é fomentar o debate e a produção acadêmica no que se refere à aplicação e interpretação do direito civil codificado dentro das seguintes áreas temáticas: 1) Parte Geral; II) Obrigações III) Contratos IV) Responsabilidade Civil; V) Coisas; VI) Família; VII) Sucessões; VIII) Direito Digital.

O concurso terá abrangência nacional, podendo participar magistrados inscritos como associados da AMB – ativos, aposentados ou pensionistas, e advogados inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, em dia com suas obrigações estatutárias.



A inscrição é individual, única e gratuita e sua efetivação implica a aceitação de todas as disposições do edital. Cada autor ou coautor poderá participar com apenas um trabalho. O artigo deverá ser inédito e poderão ser inscritos trabalhos em coautoria, desde que o coautor também seja associado à AMB.

Os candidatos poderão realizar as inscrições por meio do preenchimento do formulário eletrônico, com a anexação do artigo, no link <http://bit.ly/416Wcjl>.

Para conferir as informações completas do concurso basta acessar o Portal do CPJ, no link <http://bit.ly/3KCQG1u>.

Aniversariantes

Hoje: Ávio Mozar José Ferraz de Novaes (Juiz Federal da 12ª Vara), Andréia Gomes Bicalho (23ª Vara), Cloves de Araújo Lefundes Júnior (Feira de Santana), Jayr Figueiredo dos Santos Junior (Feira de Santana), Lílian Souza Tourinho Szaneit (Numan), Raquel Ribeiro da Cruz (Irecê). **Amanhã:** Cecília Vicentini Ewald Lima (24ª Vara), Ricardo Figueiredo Lima (7ª Vara).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Durval Carneiro Neto, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Encarregada: Adriana Souza Daniel. Diagramação: Taiana Laiz Silva de Jesus. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br.